

## **“NASCEMOS ASSIM!”: o movimento LGBT brasileiro e o perigo da estratégia essencialista (1978-2012)**

*Tiago da Silva Ferreira*  
Mestre em História – UFF

**RESUMO:** O presente trabalho procura propor um debate em torno das estratégias que o movimento LGBT brasileiro vem traçando para combater a discriminação sofrida pelas populações cuja sexualidade diverge da norma heterossexual. Interessa-me, particularmente, o foco que o movimento tem dado, especialmente nos últimos anos, ao que chamo de argumento biológico, ou seja, a estratégia de apregoar a aceitação da diferença sexual pela via da naturalização. Recorrendo a uma breve reconstituição histórica sobre o discurso acerca da homossexualidade a partir do século XIX, passando pela constituição do moderno movimento gay brasileiro em 1978 até chegar aos dias de hoje, este artigo almeja demonstrar o perigo de despolitização que a aposta na naturalização das sexualidades representa para este importante movimento social contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimento LGBT; sexualidade; biopolítica.

**ABSTRACT:** The present work intends to propose a debate on the strategies that the Brazilian LGBT Movement is plotting to fight the discrimination suffered by the population whose sexuality differs from the heterosexual norm. I am particularly interested on the focus that the movement has given, especially in present times, to what I call biological argument, i.e., the strategy of trying to persuade using a natural sexual difference as a central argument. Using a brief historical reconstitution of the speech about homosexuality from the XIX century, though the constitution of modern Brazilian gay movement in 1978 until the present days, this article aims to demonstrate the danger of depoliticization that betting on the naturalization of sexualities represents for this important contemporary social movement.

**KEYWORDS:** LGBT movement; sexuality; biopolitic.

Não seria nenhum exagero dizer que, no presente momento, o movimento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) é o mais forte e popular movimento social do Brasil. Nenhum outro consegue colocar centenas de milhares (em alguns casos milhões) de pessoas nas ruas para uma manifestação pública. Paradas LGBT são realizadas de norte a sul do país, em dezenas de cidades de médio e grande porte e seu número não para de crescer. Não há paralelo em nenhum outro movimento social organizado no país. Não bastassem as manifestações públicas, o tema é um dos mais debatidos dos últimos anos no Brasil. No congresso, na televisão, na internet, nas ruas, nunca a questão foi tão comentada

---

como hoje. A reivindicação dos ativistas gays pelo casamento civil, adoção de filhos e criminalização da homofobia causa reações apaixonadas contra e a favor. Os religiosos são os que mais têm contribuído para a radicalização desse embate. Personalidades como Silas Malafaia, Marco Feliciano e Jair Bolsonaro se notabilizaram pela crítica ferrenha e intransigente da extensão de direitos aos LGBT. Os religiosos argumentam que a homossexualidade não é natural, não foi constituída por Deus e por isso deve ser rejeitada como a anomalia pecaminosa que supostamente é. Os ativistas contra-atacam afirmando que a ciência está próxima de descobrir as causas do desejo sexual homossexual.

Talvez o incidente mais paradigmático dessa encruzilhada tenha sido o debate público entre o pastor Silas Malafaia e o geneticista Eli Vieira. O primeiro deu uma entrevista ao programa da apresentadora Marília Gabriela alegando não ser a homossexualidade de origem genética, constituindo apenas um comportamento que poderia ser modificado ou “curado”<sup>1</sup>. Vieira respondeu com um vídeo muitíssimo bem intencionado postado no site *You Tube*, onde rebate as afirmações do pastor, apresentando estudos que comprovariam que existe uma contribuição dos genes para configuração da “orientação sexual” das pessoas<sup>2</sup>. Imediatamente o vídeo foi repostado de forma viral nas redes sociais por ativistas da causa gay e seus simpatizantes, provocando discussões acaloradas entre estes e os partidários de Malafaia.

A proposta deste artigo não é discutir se existe ou não um componente genético que determina a sexualidade humana, mas, ao contrário, criticar a centralidade que essa questão assumiu no atual debate sobre esse tema. Em última instância: procuro questionar a estratégia dos movimentos LGBT em apostarem todas as suas fichas no *argumento biológico*, ou seja, na busca por espaço e respeito pela via da aceitação do que é natural.

O debate sobre natureza versus cultura na composição da sexualidade é antigo, ele remonta ao século XIX, mas já vinha sendo gestado séculos antes. Para o melhor desenvolvimento da crítica desses argumentos, creio ser necessária uma breve digressão histórica sobre o advento da sexualidade moderna no ocidente. Após essa digressão teremos as bases teóricas para debater o movimento LGBT brasileiro do passado e presente.

A ideia de sexualidade com a qual estamos acostumados remonta à Idade Moderna. O mundo tradicional católico do Medieval, segundo Foucault, era dividido entre o que era permitido e o que era proibido. Cruzar a linha do pecado era grave, mas o ato de confessar era a chance de cruzar o caminho de volta para o terreno da santidade. As pessoas

---

<sup>1</sup> Entrevista disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Myb0yUHdi14>. Acessado em 14/04/2013.

<sup>2</sup> Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3wx3fdnOEos>. Acessado em 14/04/2013.

confessavam seus furtos, seus adultérios, seus atos de violência e impiedade. Entretanto, a Reforma e a Contra-Reforma causam ruptura profunda nessa estrutura social. Do século XVI ao XVIII, a Igreja Católica, influenciada pelo espírito do Concílio de Trento, passa a exercer um poder pastoral que concedia um lugar de destaque para a sexualidade. A concupiscência, os pecados da carne, a possessão demoníaca, a vida tortuosa e desregrada eram temas de estudos pastorais. O confessorário, a partir de então, assume caráter diverso. Primeiramente, a forma de confessar os atos de pecado se modifica. Em particular, as violações sexuais não eram mais para serem descritas em tantos detalhes; falar de sexo só com muita discrição. Por outro lado, se a descrição da sexualidade fora instituída, seu alcance foi ampliado. Falava-se menos, mas confessava-se mais. Não somente os atos, *agora os pensamentos e desejos também eram para ser confessados*. As violações sexuais eram rastreadas dos atos às origens (FOUCAULT, 2006: 72-80).

Ocorre, portanto, uma mudança significativa. Se antes eram os atos pecaminosos que deveriam ser contados, agora os pensamentos e, particularmente, os desejos recebem atenção. Busca-se conhecer o caráter íntimo, a fonte ontológica do pecado. O que se contava era o que se tinha na profundidade de seu ser. E o confessorário tridentino busca extrair as confissões do desejo pecaminoso. Da gradual revisão do confessorário católico à crítica da religião de Freud, há uma linha contínua, uma linha envolvendo o desejo sexual como chave para desvendar o mistério da natureza de alguém. Antes, só havia atos para serem contados. Então algo acontece e há desejos para serem confessados, desejos que não só revelam o que se fez, *mas o que se é*. O verbo *estar* cede passagem ao verbo *ser*.

A partir do final do século XVIII esse poder pastoral começa a ser gradualmente substituído por outras técnicas de poder mais sofisticadas e “antenas” com a época. A carne como preocupação cristã será substituída pelo corpo, agora percebido como algo dotado de uma sexualidade real que ocorreria, sobretudo na cama, durante a noite, com os jovens e também com as crianças (FOUCAULT, 2001: 3-68). Primeiramente a medicina e mais tarde a psicanálise entram nos lares para dizer aos pais como cuidar melhor dos seus filhos. O médico, na maior parte do século XIX, é aquele que tomará o lugar do pastor e do padre no trato da sexualidade. O controle paterno sobre a prole acaba por se submeter a um saber-poder mais “atualizado”. A relação pai-filho se torna uma extensão da relação médico-paciente. Quando descobrem que os filhos estão fazendo “algo de errado”, o médico ou o psicanalista entram em cena para diagnosticar e propor a “cura”. O paciente deve cooperar confessando seus atos doentios e sujeitando-se ao tratamento.

Foucault recusa a imagem do poder como meramente opressor, negador do sexo, este uma força selvagem, a ser domesticada. Para ele o controle e a normatização se dão a partir de múltiplos processos de poder, um poder que não é só repressivo, mas criador de regimes de verdades e que funciona com maior eficácia sendo *afirmativo* (FOUCAULT, 2006: 82). Desse esforço criativo que surgem as categorizações “científicas”. A medicina da época, comprometida com ideais eugenistas, não apenas constitui as sexualidades ditas desviantes como também procura delimitar como elas devem ser desviantes, ou seja, procura estabelecer a “forma correta” de ser desviante. Durante esse esforço categorizador (e essencializador) que surge a homossexualidade moderna. Afirma Guacira Lopes Louro:

A homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. Categorizado e nomeado como desvio da *norma*, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação - um lugar incômodo para permanecer (LOURO, 2005: 2).

O termo “homossexual” teria sido empregado a primeira vez em 1869 por Karl-Maria Benkert (posteriormente rebatizado de Karoli Maria Kertbeny) que protestou em dois folhetos contra uma lei prussiana que punia a sodomia entre homens (RODRIGUES, 2013: 40). Na mesma época o jurista Karl-Heinrich Ulrichs (1825-1895) falava da existência de indivíduos do “terceiro sexo”, designados por ele pela terminologia de “uranistas”. Estes seriam aqueles que têm a alma de um sexo no corpo do outro sexo. Os extensos estudos do jurista publicados em doze volumes entre 1864 e 1879 influenciariam vários eugenistas que se notabilizariam depois, como o psiquiatra alemão Karl Westphal (1833-1890), o psiquiatra austríaco Richard Freiherr Von Krafft-Ebing (1840-1902) e o médico brasileiro José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913). São principalmente esses homens, mas não só eles, os responsáveis pela consolidação da tese da “inversão sexual”. O homossexual seria vítima de alguma degenerescência hereditária, patologia congênita ou deficiência hormonal que o faria inverter seu sexo natural (SIMÕES; FACCHINI, 2008: 38; RODRIGUES, 2013: 41).

Krafft-Ebing, famoso principalmente por sua obra *Psychopatia Sexualis*, foi ainda mais longe e distinguiu aqueles que seriam os invertidos “verdadeiros” daqueles cujo desvio da norma seria fruto de simples perversão. Ou seja, os primeiros seriam inculpáveis de sua doença por ser ela de origem biológica, enquanto os segundos, estes sim pervertidos “sem

---

vergonha”, escolhiam o desvio, merecendo a culpa por seus delitos (SIMÕES; FACCHINI, 2008: 39).

Já nessa época, entretanto, havia defensores da relação entre pessoas do mesmo sexo. Destacam-se o filósofo britânico Edward Carpenter, o médico alemão Magnus Hirschfeld e o médico britânico Havellock Ellis. Hirschfeld (1868-1935) poderia ser chamado, talvez, do primeiro ativista do movimento homossexual e precursor da revolução sexual dos anos 60. Ele fundou em 1919 o Instituto de Ciência Sexual e nos anos 20 a *Liga Mundial para a Reforma Sexual*, cujo programa tinha os seguintes pontos: 1) Igualdade política, econômica e sexual da mulher; 2) Fim da regulação do casamento pelas esferas religiosa e estatal; 3) Controle de natalidade; 4) Medidas eugênicas para gerar filhos sadios; 5) Proteção às mães solteiras e crianças nascidas fora do casamento; 6) Tolerância aos “variantes intersexuais” (incluídas aqui as relações homoeróticas); 7) Prevenção da prostituição e das doenças venéreas; 8) Defesa da inclusão dos distúrbios sexuais na esfera patológica e não mais como crime ou pecado; 9) Defesa de uma nova lei penal que não interfira na vontade sexual mútua de indivíduos adultos; 10) Educação sexual planejada (REICH, 1981: 92).

Hirschfeld foi também responsável por uma campanha contra o temível Parágrafo 175, que criminalizava as relações sexuais entre homens na Alemanha. Nessa empreitada conseguiu angariar considerável apoio, inclusive do líder do Partido Social-Democrata alemão, August Bebel. Apesar disso, não faltaram críticas ao intento de Hirschfeld. Benedict Friedlander, fundador em 1902 do Comitê de Especiais, acusou o médico alemão de tratar os homossexuais como doentes mendigando clemência e piedade por não serem responsáveis por suas supostas falhas congênitas. O curioso é que a organização fundada por Friedlander era exclusivamente formada por homens. Inspirada na Antiguidade greco-romana, o grupo defendia um tipo de masculinismo viril, rejeitava qualquer tipo de afeminação e defendia a união entre homens másculos baseados na solidariedade e camaradagem (SIMÕES; FACCHINI, 2008: 41).

Hirschfeld, por sua vez, diferente de Friedlander, acreditava em uma identidade homossexual que poderia ser universalmente compartilhada, distinguindo entre homossexuais, andróginos, travestis e hermafroditas, todos variantes de base orgânica e inata. Levando adiante a ideia de Ulrichs de que o sexo biológico poderia estar em dissonância com o gênero social, Hirschfeld será o pioneiro em um procedimento que se popularizou em nossos dias: as cirurgias de troca de sexo, realizadas no Instituto de Ciência Sexual a partir da década de 20.

Toda essa efervescência homossexual da Alemanha sob a República de Weimar (1919-1933) teria um fim trágico. O Instituto seria destruído, junto com toda sua pesquisa e biblioteca em 1933 pelos nazistas. A partir de então, o parágrafo 175 (que apesar de estar em vigor desde o código penal de 1871 não era efetivamente cumprido) será rigorosamente aplicado pelos nazistas para prender e perseguir os “desviados”, esmagando a cultura homossexual de Berlim.

Em 1935 os nazistas alterariam o parágrafo 175, discriminando com mais detalhes as práticas que poderiam ser consideradas homossexuais. Refletiram sobre a possibilidade de incluir o lesbianismo no artigo, mas não o fizeram, por considerá-lo uma condição temporária. Para os homens, entretanto, a perseguição foi sistemática. Cerca de 100 mil pessoas foram presos entre 1933 e 1945 e estima-se que entre 10 e 15 mil homens foram parar em campos de concentração. O documentário *Parágrafo 175* demonstra como a eugenia médica, em especial a noção de Krafft-Ebbing de distinção entre desvio sexual congênito e desvio sexual por escolha, foi utilizado pelos médicos nazistas para realizar experimentos em homossexuais. Para os nazistas, a homossexualidade masculina poderia ser contagiosa, na medida que o portador da deformação congênita poderia “infectar” outros que faziam sexo com outros homens por opção. Dessa forma, erradicar a homossexualidade era visto como crucial para impedir uma “epidemia” que poderia se alastrar e ameaçar a procriação, só possível no ato sexual entre homem e mulher. Um homossexual de nascença não poderia ser curado com simples tratamentos, portanto só restavam medidas mais radicais como a lobotomização<sup>3</sup> ou o extermínio. Ironicamente, a concepção nazista acerca do homoerotismo é uma reapropriação de partes do pensamento de Magnus Hirschfeld, que procurou usar a sexologia e a biologia como argumentos de defesa da homossexualidade, mas que foram reutilizadas em sentido diametralmente oposto.

No Brasil, além do já citado Pires de Almeida, outros médicos como Francisco José Viveiros de Castro, Leonídio Ribeiro e Antonio Carlos Pacheco e Silva propagaram ideias eugenistas. Defendiam a corrente que entendia a sexualidade como inata e baseavam suas pesquisas na tradicional divisão entre ativos e passivos. Estes últimos, a princípio, foram identificados como os “homossexuais verdadeiros”. Com o tempo, entretanto, a ideia de “condição homossexual” se torna hegemônica entre eles e tanto ativos quanto passivos estariam nessa situação de anomalia. Influenciados pelos alemães, os médicos brasileiros enxergam os homossexuais como indivíduos que necessariamente desejariam ser do sexo

---

<sup>3</sup> Procedimento cirúrgico que retira parte do cérebro de uma pessoa. Os nazistas acreditavam poder retirar a parte do cérebro de uma pessoa que era responsável por sua degenerescência.

---

oposto e/ou que se comportariam como se fossem do sexo oposto (GREEN, 2000: 189-240).

Após o hiato da II Guerra Mundial, o movimento iniciado por Hirschfeld retorna, dessa vez cruzando o atlântico e tomando fôlego nos Estados Unidos. A partir da geração *beat* dos anos 50 e da contracultura, surge uma feição mais “radical” do movimento homossexual. Ocorre uma mudança importante que ajudaria a definir os rumos da moderna concepção de identidade homossexual. O termo “gay”, surgido nos Estados Unidos, lentamente inicia um processo de consolidação frente a outros termos utilizados para designar quem mantinha relações sexuais e afetivas com outras do mesmo sexo. A palavra “gay” refere-se a todo aquele que se encontra nessa situação, incluindo tanto os afeminados quanto aqueles que mantinham o papel sexual “ativo” na relação. (SIMÕES; FACCHINI, 2008: 44). Anteriormente, um homem poderia fazer sexo com outro homem e não ser reconhecido como homossexual, desde que não fosse o “passivo” da relação. A mudança que começa a se delinear a partir de então, classifica a sexualidade a partir do objeto de desejo, e não mais pelo papel sexual desenvolvido como na classificação anterior.

O moderno movimento homossexual tem seu marco simbólico no conflito de Stonewall. Este era o nome de um bar frequentado por gays e travestis na Nova York dos anos 60. Havia um ambiente de tolerância, por isso casais de mesmo sexo trocavam carícias sem serem importunados. A polícia aparecia eventualmente, procurando uma maneira legal de fechar esses e outros estabelecimentos do tipo. A justificativa mais usada pelas autoridades para a aplicação de alguma sanção legal era a falta de licença para a venda de bebidas alcoólicas, entretanto, utilizavam-se dessas batidas para outros fins, como prender todos os homens que se encontrassem travestidos. No dia 28 de junho de 1969 a polícia veio para mais uma batida. Mas dessa vez, as pessoas que foram liberadas pela polícia, resolveram resistir, em solidariedade aos travestis presos. Os policiais se assustaram com a atitude dos manifestantes e foram se refugiar dentro do próprio Stonewall. Reforços chegaram e depois de muita pancadaria, pedras e tijolos atirados, cestas de lixo queimadas, a polícia voltou com 13 presos. No dia seguinte a mesma situação se repetiu, mas desta vez, os manifestantes picharam frases pedindo direitos iguais. Só no terceiro dia a situação foi normalizada.

É a partir daí que surgem as palavras de ordem “sair do armário”, “assumir” e “orgulho gay”. A nascente identidade gay militante, entretanto, diferia da identidade homossexual. Ser gay seria diferente de ser homossexual. Como afirmam Facchini e Simões, assumir o título de gay “*não dizia respeito a uma preferência ou orientação sexual*

---

*determinada, mas equívoca, antes, a um modo de vida eroticamente subversivo*" (SIMÕES; FACCHINI, 2008: 45). Portanto, novamente está em questão os limites culturais e naturais da sexualidade.

No Brasil, a década de 60, apesar da ditadura militar, também representou uma época de contracultura e maior visibilidade para as relações entre pessoas do mesmo sexo, mesmo que bem mais restritas do que nos EUA e Europa. A revista *Realidade*, por exemplo, principal publicação da editora Abril antes do surgimento de *Veja*, procurou ser uma porta voz da revolução sexual no Brasil, realizando várias reportagens sobre diversos temas ligados à sexualidade, como aborto, monogamia, direitos das mulheres, divórcio e, também homossexualidade. Numa matéria publicada em maio de 1968, o jornalista Hamilton Almeida se esforça em trazer ao público leitor da publicação o debate acerca da origem da homossexualidade. Fortemente influenciada pela psicanálise, inclusive em sua versão reichiana, que defendia a revolução sexual aliada a uma revolução social, a reportagem descarta a ideia de homossexualidade inata:

A teoria genética da homossexualidade – hereditária e condicionada pelos distúrbios hormonais – é ultrapassada. A homossexualidade é considerada do ponto de vista psiquiátrico como neurose de caráter e enquadrada nas chamadas **personalidades psicopáticas**. A teoria analítica restringe-se a interpretações psicológicas. O tratamento varia de acordo com a posição teórica do terapeuta. Segundo os analistas, a homossexualidade representa a expressão física de uma **fantasia elaborada pelo próprio indivíduo a partir de algum fato real durante a primeira infância**, e é através dela que a homossexualidade se reveste de significação. Embora **produto da imaginação**, a fantasia atua como se fosse realidade, condicionando o comportamento do indivíduo. A psicanálise pretende tratar o problema do homossexualismo através do estudo e da conscientização das fantasias ao sintoma sexual. Há possibilidade de cura, ou seja, de o indivíduo vir a manter relações com o sexo oposto, desde que a fantasia seja reconhecida e relacionada com a realidade (ALMEIDA, 1968: 115).

Essa tensão sobre a etiologia da homossexualidade inicialmente restrita ao gueto homossexual e a uns poucos estudiosos de sexologia, começa a ganhar espaço na mídia a partir da contracultura dos anos 60, década em que a psicanálise atingiu seu auge. Crítico dos médicos eugenistas, Freud apostava no desenvolvimento ambiental como fator preponderante na formação da sexualidade humana. Ele procura colocar em xeque o discurso da medicina e da psiquiatria, ao questionar a centralidade que elas davam à anatomia no estudo da sexualidade. Se por um lado isso é bom, afinal a eugenia foi responsável pelos experimentos nazistas em homossexuais e judeus, por outro, a



---

psicanálise abre a possibilidade da realização de “terapia” para os indivíduos classificados por essas sexualidades ditas desviantes.

Essa polêmica foi intensa, sobretudo nos anos 60 por que foi a época do auge da androginia e das transgressões de gênero nos EUA e Europa. Transgredir uma norma de gênero era assumir essa identidade gay que se fazia mais pela performatividade do que por alguma essência ontológica. A partir dos anos 70, entretanto, há um refluxo da transgressão deliberada de gênero e se fortalecem os grupos de defesas dos homossexuais que estão mais preocupados com os direitos civis do que com desestabilizar identidades. Talvez por isso predomine na década de 1970, sobretudo nos EUA, um verdadeiro “culto ao macho”. Homens gays cultuam uma sexualidade viril, agressiva, entrando em constante tensão com os afeminados (sempre discriminados) com as lésbicas e com os transgêneros (SIMÕES; FACCHINI, 2008: 47-48). Essa masculinização decorre do fato de haver um fortalecimento da ideia de sexualidade como condição inata. Um homem afeminado e uma mulher masculinizada estariam, por essa lógica, indo contra “sua natureza”.

Essa questão de comportamento de gênero e posição sexual sempre teve um papel mais importante na história da sexualidade brasileira do que nos EUA e na Europa. O antropólogo Peter Fry comenta a esse respeito:

Aqui no Brasil, ficou cada vez mais claro que para muita gente era demasiado importante saber da “atividade” ou “passividade” sexual dos homens, e que, para alguns, o parceiro sexual ideal deveria ser um “homem mesmo”, de preferência com mulher e filhos. Mais importante do o sexo dos parceiros era a sua “masculinidade” ou “feminilidade”. Assim, “bicha” com “bicha” seria uma forma de lesbianismo (...). Com o tempo, porém, ficou também claro que essa não era a única maneira de organizar as relações sexuais e afetivas entre homens no Brasil. Surgia nas classes médias urbanas uma forma de pensar e praticar relações sexuais e afetivas entre homens que era muito semelhante ao que me era familiar na Inglaterra (FRY, 2000: 10).

Aqui, a classificação sexual definida pelo papel social de gênero (masculino ou feminino) ou pela performance sexual (ativo ou passivo) e não pelo direcionamento do objeto de desejo perdurou por bem mais tempo e só deixou de ser hegemônica a partir do advento do movimento gay brasileiro, que a historiografia aponta como nascido em 1978, ano da fundação do grupo *Somos de São Paulo* e do jornal *Lampião da Esquina*, do Rio de Janeiro. Os próprios termos “gay” e “entendido” ganharam força no Brasil numa tentativa de negar a diferenciação ativo/passivo como definidor da identidade homossexual, e substituem as denominações “bofe/bicha” ou “sapatão/lady”. Os grupos organizados gays não fundaram

---

essa nova perspectiva, mas foram eles que lhe deram força e maior ressonância. Veremos a seguir como isso se deu.

O movimento LGBT, na época ainda chamado de movimento homossexual, surgiu no contexto da abertura política do governo Geisel. Os homossexuais irão se apresentar como uma das várias minorias reprimidas que, unidas, engrossam o coro de oposição à ditadura. O *Lampião* foi um jornal carioca que existiu entre 1978 e 1981 e serviu de porta voz para o nascente ativismo homossexual. Suas origens remontam à visita do militante norte-americano Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine* ao Brasil. O destaque que a imprensa brasileira deu ao visitante serviu de inspiração para um grupo de homossexuais fundar uma revista voltada ao público gay. O número zero saiu em abril de 78 e a primeira edição no mês seguinte. O sucesso foi imediato, alcançando em seu auge uma tiragem de cerca de 15 mil exemplares. Os principais nomes que tornaram a revista possível foram Aginaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Darcy Penteado, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antonio Mascarenhas, João Silvério Trevisan. Peter Fry, Adão Acosta, Clóvis Marques e Francisco Bittencourt (MACRAE, 1990: 71-93).

Macrae afirma que um dos objetivos maiores da revista era sair do gueto e angariar espaço na sociedade. Por esse motivo a pluralidade de temas era uma marca da publicação. Não se falava só sobre o universo gay, mas também sobre uma gama de assuntos, como maconha, ecologia, indígenas, ou qualquer outro tema que fosse considerado relevante.

As mesmas polêmicas sobre os modos de agir (masculinidade X feminilidade) e sobre como a natureza influencia (ou não) essas formas de ação também fizeram eco no *Lampião*. De um lado temos aqueles que defendem a livre expressão de gênero. De outro, temos um grupo que acha que a afeminação masculina é falsa, “anti-natural”, bem como a masculinização feminina. João Antônio Mascarenhas, por exemplo, um célebre líder do movimento homossexual brasileiro nos anos 70, 80 e 90, afirmou que:

Quando o homossexual fala com voz de falsete, faz ademanos alambicados, dá gritinhos e requebra os quadris, ele, sem se dar conta, está de um lado, imitando a mulher objeto sexual, a mulher cidadã de segunda classe, a mulher idealizada pelos machistas e, por outro lado, por deixar de aceitar sua orientação sexual com naturalidade (**pois a efeminação é evidentemente artificial**), acha-se a fornecer argumentos aos machistas que se negam a admiti-lo como homem comum, que usa sua sexualidade de forma pouco convencional (...). O travesti, então, leva essa atitude ao paroxismo, chegando a submeter-se a operações cirúrgicas para ocultar sua identidade. Sua ambição máxima consiste em transfigurar-se na mulher vamp, no sofisticado objeto sexual tão comercializado por Hollywood nas décadas de 1930 a 1950. Ademais os ingentes esforços que ele dedica – e nunca com êxito total – para assemelhar-se ao que **metade da população mundial é com**

**naturalidade**, francamente, para mim, significam uma perda de tempo e de energia muito grandes (MASCARENHAS, 1978: 9. Grifos meus).

Toda a fala de Mascarenhas está calcada numa ideia de naturalização diferente da corrente de Ulrichs ou Hirschfeld, por exemplo. Enquanto para estes seria natural existirem pessoas com um sexo, mas com “alma” do outro sexo, para Mascarenhas, o sexo e o gênero social devem estar em harmonia. Quem está fora disso cometeria um erro contra sua própria natureza. É curioso notar que o movimento feminista, inspirado em Simone de Beauvoir, já vinha utilizando como mote a frase “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” há alguns anos. Para essas mulheres, ser livre é desconstruir a naturalização da “condição” de mulher. Mascarenhas vai no sentido oposto. Ele procura reafirmar os papéis sociais de gênero, naturalizá-los. O presente artigo não trabalha com a mesma concepção de gênero. Acompanhando a filósofa Judith Butler, vejo as identidades sexuais como máscaras, simulacros que não possuem um original (BUTLER, 2003: 137). Não são apenas os afeminados que copiam um tipo ideal mulher que não podem alcançar. As mulheres, como já denunciava Beauvoir, também copiam uma mulher ideal que não existe. Assim como Mascarenhas, orgulhoso de sua postura masculina também copia um modelo de homem ideal. Essas “máscaras” de gênero são retrabalhadas nos corpos dos indivíduos e recriadas por eles em suas narrativas pessoais, jeito de ser, andar, comer, se vestir, etc. A grande ironia é que ele acusa os afeminados de reproduzirem o machismo, mas não percebe que ao tentar “masculinizar” os outros, está dizendo que só uma forma de ser homem é possível: a dele, que, diga-se de passagem, é a forma tradicional de ser homem.

Essas tensões sobre modos de agir/naturalidade continuaram a polemizar em outras edições do *Lampião*. Uma discussão acalorada sobre bissexualidade ocorreu entre Darcy Penteadado e Antonio Calmon. O primeiro deu uma entrevista para uma outra publicação afirmando que a bissexualidade era coisa de homossexual mal resolvido e enrustido (SIMÕES, FACCHINI, 2008: 92). Calmon se irritou e respondeu publicamente na edição 35 do *Lampião*:

Nem todo bissexual, como afirma o senhor Penteadado, usa a relação heterossexual como defesa diante da sociedade. Existem pessoas que simplesmente gostam das duas coisas. Sempre afirmei publicamente meu homossexualismo com orgulho, e sou bastante discreto em relação ao meu lado heterossexual (...). Alguém andou escrevendo no *Lampião* que bissexualismo é coisa de esquizofrênico. O que é que ele (ela) propõe: tratamento psiquiátrico, choques elétricos, campos de concentração? É uma posição idêntica a de certas esquerdas que combatem a ditadura para instalar um governo tão repressivo ou mais (CALMON, 1981: 16).

A indignação de Calmon é contra o perigo que qualquer movimento em defesa de minorias corre, que é o risco de transformar a contra-moral numa nova moral. Centralizado na homossexualidade masculina, a militância LGBT desconfia de todas as manifestações diversas. A bissexualidade, nesse sentido, é sempre vista com ressalvas, como se quem adotasse essa identidade fosse um hipócrita que desejasse esconder seu desejo homossexual. Ao fazer isso, o movimento acabava por estabelecer a homossexualidade masculina como norma dentro do gueto em que se encontravam, ficando as outras identidades (lésbicas, bissexuais, transexuais) em segundo plano.

Apesar das tensões, ou melhor, principalmente por elas, o jornal nunca bateu o martelo sobre a questão da origem da homossexualidade. Ficava a cargo de cada sujeito pensar no assunto sozinho e tirar suas conclusões. O tema aparece, como já citado, nas falas de cada jornalista especificamente, sem que um consenso seja atingido.

Não é muito diferente do que aconteceu também no grupo paulista Somos, a primeira organização militante homossexual do Brasil, fundada também em 1978. Sua origem remonta a uma série de debates promovida pelo jornal *Versus*, da Convergência Socialista (atual PSTU) em abril daquele ano sobre a imprensa alternativa. Uma tentativa de impedir a participação do representante do Lampião da esquina resultou numa discussão acalorada sobre homossexualidade e política. Desses debates que surgiu o núcleo do que viria a ser o Somos (MACRAE, 1990: 95-120).

Simões e Facchini afirmam que:

O grupo não tinha opinião fechada quanto às origens da homossexualidade. Discussões desse tipo costumavam ser desqualificadas como perda de tempo, já que predominava a visão de que tudo o que fora produzido pela ciência e pela academia a esse respeito seria apenas expressão mais asséptica do mesmo preconceito que contaminava toda a sociedade. Uma atitude geral era considerar que a homossexualidade de cada um era uma questão de foro íntimo e que ninguém – família, escola, Igreja ou Estado – tinha o direito de se intrometer nisso. É bastante provável que muitos se sentissem homossexuais desde sempre visto que a idéia de “opção” despertava considerável rejeição. (SIMÕES, FACCHINI, 2008: 99-100).

Ou seja, a etiologia da homossexualidade estava em aberto, mas havia uma tendência a rejeitar a ideia do desejo sexual como escolha. O antropólogo Edward Macrae conta que temeu ofender os ativistas do Somos quando realizou pesquisa entre eles, pois sua perspectiva da identidade sexual era antropológica e não biológica e ele sentia que essa última era a tese dominante entre os militantes (MACRAE, 1990: 38-41). Mas apesar de proeminente, o argumento biológico convivía dentro do movimento com divergências. Em

---

um debate realizado em março de 1979 com membros do Somos, uma variedade de opiniões foi expressa:

Glauco: (...) Existe sempre aquela bicha “pintosa”, desmunhecada, à procura do seu “bofe”, isto é, aquele que vai exercer o papel masculino. Isso é muito falso, pois não tem nada a ver com a homossexualidade em si (MANTEGA, 1979: 144).

Marisa: Se os homossexuais tivessem os mesmos direitos que os heterossexuais. Acredito que acabaria o homossexual “folclórico”, quero dizer, “a bicha louca”. Para mim o comportamento da “bicha louca” não é de deboche, é muito mais uma agressão à sociedade que o reprime, por isso essa sociedade lhe impõe um papel folclórico. (MANTEGA, 1979: 145).

Emanuel: Ficou claro para nós, primeiro, que buscamos como reivindicação o prazer, e, segundo, que não existe “o homossexual”, que qualquer pessoa é homossexual na medida em que qualquer pessoa é homossexual na medida em que qualquer pessoa tem tendência. A sexualidade do indivíduo é um leque aberto. Não existe, portanto, o homossexual com determinadas características; existe o homossexual como adjetivo, na relação que acontece na cama (MANTEGA, 1979: 154).

Não havia concordância sobre a origem da homossexualidade, nem sobre os modos de agir decorrentes (ou não) dessa origem. Permanece a tensão entre os que enxergam a efeminação como anti-natural e aqueles que conseguem enxergar na bissexualidade, na efeminação, na transexualidade, uma maneira saudável de ser, estar e agir. Escolher a diferença, para alguns, podia ser entendido como uma atitude revolucionária, para além de determinismos biológicos. Um exemplo desse posicionamento seria o trecho final de um texto que circulou num boletim interno do grupo, em maio de 1980 e retirado do livro de Simões e Facchini:

Acho que as bichas pintosas, ou os travestis, ou as lésbicas tipo macho são pessoas corajosas que subvertem o padrão hetero que nos é cobrado a cada instante. Não importa o motivo que leva a isso – a busca de aceitação, ou a agressão, a identificação com o outro sexo ou com um estereótipo. O que importa realmente é que são pessoas que estão procurando uma expressão mais verdadeira de si próprias, e assumir publicamente essa postura é um ato revolucionário de grande importância (SIMÕES, FACCHINI, 2008: 103).

Com o tempo, entretanto, esse tipo de posicionamento começa a declinar dentro do movimento homossexual. Se por um lado os afeminados passam a ser mais aceitos pelos ativistas (apesar de ainda sofrerem preconceito de outros gays não militantes), por outro, a aceitação se dá pela via da naturalização. O afeminado será visto, posteriormente, como alguém cuja natureza é intrinsecamente feminina. É o retorno da teoria de Kraft-Ebbing e Hirschfeld sobre o corpo estar em dissonância com a “alma”. A partir da década de 80, com

---

o fim da ditadura e a epidemia do HIV-Aids, o movimento homossexual entre em uma outra fase. Consolida-se, então, a visão de que o melhor caminho para a aceitação social é o uso do argumento biológico, ou seja, procura-se convencer a população de que os LGBT, como agora são chamados, merecem respeito por que a natureza a eles impõe seu desejo sexual e que, portanto, eles não optam em ser diferentes da norma. Veremos como se deu esse processo.

A nova militância que surge nos anos 80 é menos ligada a ideologias de esquerda e mais propensa ao pragmatismo e à luta pelos direitos civis. São grupos que lutam pelos direitos dos homossexuais em si, não se preocupando, como no fim dos anos 70, com uma transformação social como um todo. As duas principais organizações dessa época são o Triângulo Rosa, liderado por João Mascarenhas e o Grupo Gay da Bahia (GGB), de Luiz Mott.

O GGB realizou campanha em 1981 para a retirada da homossexualidade do código de classificação de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social. Obteve êxito, a mudança foi sancionada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, nove anos antes da Organização Mundial de Saúde fazer o mesmo (SIMÕES, FACCHINI, 2008: 121)

O Triângulo Rosa, por sua vez, atuou junto à Constituinte na tentativa de incluir a criminalização da discriminação por orientação sexual na nova Constituição. Mascarenhas chegou a ser ouvido numa sessão da Constituinte, mas sua proposta foi derrotada nas duas votações a que foi submetida (SIMÕES, FACCHINI, 2008: 122).

Uma diferença marcante desses grupos dos anos 80 para o Somos, por exemplo, é a menor ênfase que dão ao cotidiano dos gays. No Somos havia os chamados “grupos de reconhecimento”, onde grupos de gays, lésbicas e travestis se reuniam para discutir sua vida pessoal e debater. Os novos grupos não estão ancorados, como antes, na experiência e nas vivências pessoais dos próprios militantes. O antigo mote feminista “o pessoal é político” não tem a mesma força para eles. Esse é um dos motivos da sexualidade vista como vivência, ou seja, da sexualidade vista como prática e não como essência, não ter o mesmo apelo de outrora. O argumento biológico ganha força e se consolida no momento do debate da Constituinte. Os gays queriam que o termo “orientação sexual” fosse equiparado ao de “raça”. Esperavam assim sensibilizar o congresso a relacionar o racismo à homofobia (RODRIGUES, 2012: 140-142).

A experiência do HIV-Aids também irá causar outros deslocamentos. O principal deles é a cooperação entre a militância LGBT e o Estado. Como a população homossexual

---

masculina foi, inicialmente, a mais atingida pela doença, os grupos de defesa dos LGBT estão entre aqueles que mais se engajaram na luta contra o vírus, passando a receber apoio logístico e até recursos dos governos. A partir daí o movimento LGBT passa a crescer exponencialmente, contando cada vez mais com o apoio do Estado.

Na década de 1990, surge a primeira Parada do Orgulho Gay em 1997, no Rio de Janeiro. No começo dos anos 2000, São Paulo bate o recorde de maior parada gay do mundo, superando São Francisco, nos Estados Unidos. Esse gigantismo do movimento lhe deu poder de construir um discurso muito coeso sobre a homossexualidade. O termo “homossexualismo” foi rechaçado, pois indicaria doença. Quando à homossexualidade, é vista como uma sexualidade de origem natural e universal.

Se alguém for a algum congresso de direitos dos homossexuais hoje e usar a palavra “opção”, será rechaçado em uníssono: “opção não, orientação!”. No passado, quando o termo “orientação” começou a ser utilizado pelos militantes brasileiros, a ideia era utilizar uma palavra que acabasse com a polêmica sobre ser a homossexualidade natural ou cultural. Homossexual seria aquele cujo desejo sexual se “orienta” para alguém do mesmo sexo que ele ou ela. Mas se essa orientação é uma “condição” cultural ou biológica ou “opção”, escolha deliberada, não estava claro. Ficava a cargo de cada um acreditar no que quisesse. Hoje, quando um gay, militante ou não, realiza enfaticamente essa correção linguístico-política, “orientação” passa a ser um substantivo que pretende exprimir a **essência**, a propriedade que, existindo por si mesma, sem ação do sujeito-LGBT, exprimiria o fundamento de sua identidade sexual. Ora, não é justamente a dissidência na escolha, a transgressão deliberada na construção de si por parte daqueles que escapam aos ditames da “heterossexualidade obrigatória” que é politicamente insuportável? O que resta de subversivo à norma reguladora e opressora quando se ajoelha perante ela para pedir respeito por não ter “culpa” por ser diferente?

O motivo para que lideranças do movimento gay tenham tanto medo do argumento (des)construcionista, que é o deste trabalho, é o medo plausível de que a ideia de que as orientações sexuais não sejam fixas faça com que os conservadores convençam a sociedade de que os “desviantes” possam ser “reorientados” em algum tipo de “terapia de reorientação”, como a psicologia propunha até bem pouco tempo atrás (e a revista *Realidade* citada anteriormente é prova de que essa tática foi usada ao longo do século passado). Entretanto, cabe o questionamento: só é possível o reconhecimento da diversidade sexual através da tática da essencialização dos prazeres?

Concordo com Alípio de Souza Filho quando ele afirma que:

Aqueles que flertam com as teses de um essencialismo naturalista em matéria de sexualidade não têm consciência da **despolitização** que a posição representa. O argumento da natureza despolitiza a reflexão sobre gênero e sexualidade e atrela direitos a serem conquistados pela mudança de mentalidade da sociedade ao obscurantismo do apelo ao biológico ou ao psicológico. O que fundamenta a crença essencialista é, no fundo, o temor da ideia de liberdade, o temor do desejo como fator de produção da diversidade, da pluralidade. O temor do próprio desejo como potência criadora(SOUSA FILHO, 2009:59-78).

A ideia de orientação sexual, tal como está colocada nos dias de hoje, está tão domesticada que perdeu seu poder emancipatório. A volta do essencialismo biológico é um retrocesso, na medida em que nos faz retornar a um mundo pré-Freud, onde a subjetividade morre diante do império da genética. Grande ironia: os teóricos chamados “pós-modernos”, como Foucault, Deleuze, Derrida e Judith Butler, foram acusados de matar o sujeito, trancafiá-lo em grandes estruturas de dominação intransponíveis, cujo alcance seria infinito e neutralizador de qualquer agência. Mas são esses pensadores que, hoje, ajudam melhor a pensar a sexualidade como livre escolha, como potencializadora da agência humana e não como subproduto de forças naturais. Judith Butler, principal teórica feminista desconstrucionista, é muito lúcida ao afirmar que “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política” (BUTLER, 2003: 37), mas, pelo contrário é a maior arma na politização de um debate cada vez mais despolitizado.

Na antiguidade greco-romana as chamadas “técnicas de cuidado de si” possibilitavam aos indivíduos, por si só, realizarem operações em seu corpo, em sua “alma”, em seus pensamentos e condutas. Elas representavam a prática de ações onde o próprio sujeito era o objetivo final de tais ações (FOUCAULT, 1997: 109).

Essas técnicas eram práticas através das quais o indivíduo não apenas determinava para si mesmo as regras de sua conduta, como também buscava modificar-se constantemente para alcançar a sua singularidade. A prática destas técnicas resultava em uma reflexão sobre os modos de vida e sobre as escolhas de existência de cada um. A análise de Foucault dos conceitos de técnicas de si e estética da existência nos fazem pensar, na atualidade, as condições de possibilidade para a afirmação de uma maneira singular de se fazer sujeito, ou seja, para a criação de modos de existência e estilos de vida (formas de subjetivação) dotados do direito à diferença e à variação, capazes de resistir e escapar dos dispositivos de captura e fixação de identidades individuais, transformando a vida em uma obra sempre por se fazer, inacabada. Uma subjetividade pensada como um processo em movimento (FOUCAULT, 2005: 45-73). Algo que ainda se pensava no final dos anos 70, mas que foi se perdendo ao longo dos anos 80.



O uso do argumento biológico pode levar, ainda, à estigmatização de formas alternativas de ser homossexual. O afeminado continua sofrendo discriminação dentro do próprio gueto gay, afinal, muitos entendem que se comportar dessa forma é agir contra a própria natureza. É como se dissessem: “Você pode ser gay, desde que esteja de acordo com a cartilha gay de ‘Como ser gay corretamente’”. Essa atitude entre os LGBT é bastante perceptível quando se discute os personagens gays estereotipados da televisão brasileira. Não há dúvida sim de que muitos sejam caricatos, mas é perceptível que parte do público LGBT que os deplora, os odeia por eles não seguirem a cartilha.

Essa interferência da vida biológica nos assuntos da vida política vem sendo estudada pela filosofia há vários anos. Na modernidade, entendem esses estudiosos, a política cede passagem à biologia, tornando a existência desprovida de sentido político, calcada no que Foucault chama de *biopolítica* e no que Hannah Arendt chama de decadência do político na modernidade (FOUCAULT, 2006: 149, ARENDT, 2010). No último capítulo de *História da sexualidade I*, podemos entender melhor a tese foucaultiana da biopolítica. Foucault entende que, a partir da virada do século XVIII para o XIX, muda-se a maneira de se exercer o poder soberano. Este passa a não mais se afirmar como aquele que detém o poder de subtrair a vida, mas sim um poder que gere a vida (FOUCAULT, 2006:149). Mas, alerta ele, não se deve deixar enganar por essa falsa valoração positiva da vida, pois a contrapartida da biopolítica é, justamente, a tanatopolítica. Seríamos tentados a louvar as atitudes “humanitárias” do poder soberano, uma vez que parece positivo o cuidado para com a longevidade vital da população, bem como a preocupação com sua saúde e bem estar. É justamente onde se encontra o perigo. Há uma contrapartida. E ela é sangrenta. Pois se há uma obsessão estatal em “purificar” a vida e tornar o bem estar social uma realização, então por que a violência não diminui com a ascensão da biopolítica? Por que, pelo contrário, ela continua cruel e destruidora? Simplesmente por que, para garantir a segurança de uns, é necessário destruir a vida de outros, uma vez que é a violência depuradora que irá garantir os melhores meios para que determinada população sobreviva.

É o que afirma Foucault ao fim do primeiro volume d’*A História da sexualidade*:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. (...) O

princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates tornou-se princípio de estratégia entre os Estados, mas a existência já não é aquela – jurídica – da soberania, **é outra – biológica – de uma população**. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população (FOUCAULT, 2006:149-150).

Ao aceitar a naturalização, o movimento LGBT reforça o mesmo dispositivo de sexualidade que criou a categoria “homossexual” e que foi responsável por Auschwitz. Bem antes de Foucault, Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, mostrou que a invenção, no século XIX, do judeu como raça (e não mais como praticante do “pecado” do “hebraísmo”) e do homossexual como espécie (e não mais como praticante do “pecado” e do “vício” da “sodomia”), inclusive com as melhores das boas intenções por parte daqueles que queriam anular o discurso condenatório da Igreja, conduziu aos fornos crematórios no século seguinte. Se o judeu existe independentemente de suas crenças e se o homossexual existe independentemente de suas práticas sexuais, só sobrou a “solução final” (ARENDR, 1975). É importante termos em mente que estratégias discursivas podem ter efeitos muito limitados no tempo em que são engendradas, mas depois podem produzir outros bastante perversos. A estratégia essencialista possui limites reais e, invariavelmente, sempre alimenta lógicas racistas, segregatórias e desumanizantes. E nós já esbarramos nele. O Vaticano, por exemplo, já deu sua resposta aos movimentos sociais: “Vocês não optam ser homossexuais? Tudo bem. Basta que não exerçam a homossexualidade, pois aí há deliberação em agir ou não”. Os negros, já há bastante tempo, são entendidos como uma raça natural. Isso, por acaso, os impediu de sofrerem discriminação e opressão? Ao contrário, essa diferença natural serviu como justificativa para a escravidão e o racismo. Desde quando o reconhecimento da condição natural das pessoas foi suficiente para que a humanidade fosse capaz de tolerar as diferenças?

Cabe a nós nos perguntarmos do que por que se procura com tanto afinco descobrir a origem da homossexualidade, mas não da heterossexualidade. Será que a busca por uma causa natural para o desejo entre pessoas do mesmo sexo não oculta um projeto de encontrar uma “cura”? Afinal, caso descobrissem um “gene gay”, qual seria o próximo passo do crescente movimento fundamentalista nacional se não tentar financiar alguma pesquisa que pudesse impedir, por exemplo, que homossexuais pudessem ser gerados? Magnus Hirschfeld achou que seus argumentos e sua pesquisa iriam libertar os homossexuais. Os nazistas utilizaram sua pesquisa para fazer lobotomia.

A sociedade em que vivemos limita os tipos de relações entre as pessoas. Não estou falando apenas de relações sexuais, mas de qualquer relação afetiva. Segundo Carlos Augusto Peixoto Jr.

Os códigos institucionais não podem validar relações amorosas de intensidades múltiplas, de cores variáveis, composta por movimentos imperceptíveis e formas mutantes, por que elas produzem um curto-circuito nas regras e hábitos vigentes na sociedade (PEIXOTO JR. 2008: 54).

Portanto não é o ato sexual “pervertido” ou “imoral” em si, que perturba a sociedade, mas o modo de vida de cada um, que não pode ser múltiplo e criativo, porque limitado e restrito. Esse limite às várias formas possíveis de relacionamento interpessoal foi engendrado no seio das instituições sociais por que um mundo relacional mais rico seria mais difícil de administrar. Mas tal empobrecimento do tecido relacional, entretanto, precisa ser combatido. Peguemos como exemplo a luta dos homossexuais por direitos civis como a união civil e a adoção de filhos. Não há o que condenar na inclusão das relações homoafetivas dentro do sistema de código civil, apesar do “casamento gay” ser, simultaneamente, um direito e uma adequação às normas sociais. Entretanto, essa luta **não** deve ser entendida como uma etapa final da emancipação pelas liberdades afetivas, mas apenas como uma conquista dentro das inúmeras possibilidades de relacionamento que a humanidade deve buscar. Normas e regras sociais sempre existirão, isto nós sabemos. Não se trata de abolir todas elas, mesmo por que os limites e regras morais também são importantes para o convívio e a harmonia entre as pessoas. Mas o tipo de sociedade que temos que lutar para construir, é aquela que possibilita a constante revisão e transformação dessas regras. E a partir do momento que aceitamos a naturalização, estamos aceitando a imutabilidade das regras.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Hamilton. “Homossexualismo” in: *Realidade*, nº26, maio de 1968.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11ª edição revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Ed. Documentario, 1975.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CALMON, Antonio. Bate Boca: a peleja entre Darcy Penteadó e Antonio Calmon. In: *Lampião da Esquina*, nº35, abril de 1981.

GREEN, James. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

MASCARENHAS, João Antonio. Sobre tigres de papel. In: *Lampião da Esquina*, nº 4, agosto-setembro de 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, vol.1 – A vontade de saber*. 17ªed. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. "Aulas 1 e 2" In: *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 3-68.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1997.p.109.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. 8ª ed. São Paulo: Graal, 2005.pp.45-73.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006. p. 149.

FRY, Peter. Prefácio. In: GREEN, James. *Além do Carnaval*. São Paulo, Unesp, 2000.

PEIXOTO JR, Carlos Augusto. "Sexualidades e modos de vida". In: *Revista Mente, cérebro & filosofia*, nº6.

REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SIMÕES, Julio; FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-Íris: Do Movimento Homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. In: *Revista Bagoas*. Volume 3, nº4. 2009. p.59-78.

**Recebido em: 17/04/2013**

**Aprovado em: 06/05/2013**